



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA MODALIDADE EAD**

NATÁLIA THAYNÃ FARIAS CAVALCANTI

**OLHARES GEOGRÁFICOS SOBRE OS INDICADORES DOS OBJETIVOS DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NO ESTADO DA PARAÍBA ENTRE
2015-2020**

**CABACEIRAS
2022**

NATÁLIA THAYNÃ FARIAS CAVALCANTI

**OLHARES GEOGRÁFICOS SOBRE OS INDICADORES DOS OBJETIVOS DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NO ESTADO DA PARAÍBA ENTRE
2015-2020**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado à coordenação do curso de
Licenciatura em Geografia da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto.

**CABACEIRAS
2022**

NATÁLIA THAYNÃ FARIAS CAVALCANTI

**OLHARES GEOGRÁFICOS SOBRE OS INDICADORES DOS OBJETIVOS DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NO ESTADO DA PARAÍBA
ENTRE 2015-2020**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à coordenação do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Geografia.

Aprovado em: 01/12/2022

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba



Profa. Dra. Valéria Raquel Porto de Lima
Universidade Estadual da Paraíba



Prof. Dr. Faustino Moura Neto
Universidade Estadual da Paraíba

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C377o Cavalcanti, Natália Thaynã Farias.

Olhares geográficos sobre os indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no estado da Paraíba entre 2015-2020 [manuscrito] / Natália Thaynã Farias Cavalcanti. - 2022.

35 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Campina Grande, 2022.

"Orientação : Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto , Departamento de História e Geografia - CH."

1. Sustentabilidade. 2. Agenda 2030. 3. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). I. Título

21. ed. CDD 630

AGRADECIMENTOS

A Deus, obrigada por me conceder tantas graças e conseguir vencer os obstáculos que surgiram ao longo dessa caminhada.

Aos meus pais, Agnelo Cavalcanti e Neuma Farias por todo apoio, pelos conselhos e por sempre buscarem o melhor para mim. Gratidão eterna!

A minha irmã, Rayza Cavalcanti, minha parceira de vida. A melhor parte de mim!

A minha pequena Suzy, obrigada pelo seu amor puro e leal. E a Dom, o mais novo.

Aos meus avós Amélia Aires (*in memoriam*), Agnelo Cavalcanti (*in memoriam*), Iraci de Farias e José Nunes, por todo amor e acolhida.

As minha tias-avós Mariêta Nunes (*in memoriam*) e Nenê Nunes (*in memoriam*), minha saudade de sempre. Obrigada por tanto!

A toda a minha família por toda contribuição direta e indireta que me prestaram durante todo esse processo.

As minhas primas, amigas e amigos pelo amor, pelas trocas e momentos de distração.

Ao meu orientador o Dr. Belarmino Mariano Neto, por dedicar parte do seu tempo para me ajudar na elaboração deste trabalho, com sua grande contribuição.

A todos os professores do Curso de Geografia da UEPB, que contribuíram ao longo de toda essa caminhada!

Ao polo Terezinha de Jesus Farias Aires, por todo suporte no decorrer no curso.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Logotipos dos ODM.....	13
Figura 2– Logotipos dos ODS	14
Figura 3– Mapa do estado da Paraíba por Mesorregiões Geográficas	17
Figura 4– Fluxograma da pesquisa com as etapas realizadas para obtenção de dados	18
Figura 5– Sistema Agroflorestal na comunidade Bom Sucesso, município de Sossego.....	21
Figura 6– Cultivo de hortaliças orgânicas na comunidade Santana, município de Zabelê	21
Figura 7– Inauguração da Policlínica no município de Queimadas, Paraíba	23
Figura 8– Academia de Saúde recém inaugurada no município de Monteiro, Paraíba.....	23
Figura 9– Evolução do IDEB dos anos finais da rede pública no período de 2013-2019 no estado da Paraíba	24
Figura 10 – Série histórica dos feminicídios e CVLIs femininos na Paraíba (2015-2020).....	25
Figura 11– Complexo Solar de Coremas, município de Coremas	27
Figura 12– Complexo de Santa Luzia, do Grupo Neoenergia.....	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social previstos na LOA no período de 2015-2020 no estado da Paraíba	19
Tabela 2– Percentual de pessoas, por classes de rendimento domiciliar per capita, no período de 2015-2020 no estado da Paraíba	21
Tabela 3– Taxa de mortalidade infantil e fetal e nascidos vivos, no período de 2015-2020 no estado da Paraíba	22
Tabela 4– Total de estabelecimentos de saúde no período de 2015-2020 no estado da Paraíba	22
Tabela 5– Taxa de conclusão dos anos iniciais do ensino fundamental, do ensino fundamental e do ensino médio	24
Tabela 6– Proporção de escolas dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, do ensino médio, por infraestrutura das escolas	25
Tabela 7– Geração de eletricidade por fonte no período de 2015-2020 no estado da Paraíba.	26
Tabela 8– Taxa de desocupação (%) de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo de 2015-2019*	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDS	Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável
CNODS	Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
CVLI	Crimes Violentos Letais e Intencionais
FAPESQ	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Indicador do Desenvolvimento Sustentável
IDH	Índice de desenvolvimento humano
LOA	Lei Orçamentária Anual
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PLADES	Plano de Desenvolvimento Territorial Inteligente e Sustentável
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROCASE	Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 Os ODS e a Agenda 2030: histórico e desafios para o seu alcançar	11
3 MATERIAIS E TÉCNICAS DE PESQUISA	16
3.1 A área de estudo.....	16
3.2 Caracterização da pesquisa	17
3.3 Etapas da pesquisa e forma de análise dos dados.....	18
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	19
4.1 Análise dos indicadores dos ODS no estado da Paraíba	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	29

OLHARES GEOGRÁFICOS SOBRE OS INDICADORES DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NO ESTADO DA PARAÍBA ENTRE 2015-2020

GEOGRAPHICAL VIEWS ON THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS (SDG) INDICATORS IN THE STATE OF PARAÍBA BETWEEN 2015-2020

**Natália Thaynã Farias Cavalcanti¹
Belarmino Mariano Neto²**

RESUMO

O compromisso dos estados com o desenvolvimento sustentável, foi fortalecido pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas suas 17 metas e 169 indicadores, na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015. Os ODS reforçam o desafio das instancias nacionais e locais na formulação de uma agenda vinculada o desenvolvimento econômico e social à sustentabilidade ambiental. Dada a natureza abrangente dos ODS e a necessidade de produzir informações sobre sua implementação, essa pesquisa teve como objetivo geral analisar os indicadores dos ODS no estado da Paraíba no período de 2015 a 2020. Como objetivos específicos: i) identificar o cumprimento dos indicadores no estado da Paraíba; ii) sistematizar informações a partir de dados secundários dos indicadores dos ODS no estado da Paraíba e iii) estudar os avanços e os desafios para o alcance os ODS em nível estadual. Para isso, foi realizado revisão bibliográfica e levantamento de dados de secundários em bases oficiais do Governo, considerando o recorte da pesquisa, 2015-2020. A análise apontou que o estado da Paraíba apresentou avanços nas metas dos ODS, na educação com aumento do IDEB, melhoria na infraestrutura das escolas, em investimento voltados para promover a agricultura sustentável, aumento nos estabelecimentos de saúde e no combate a epidemias e doenças transmissíveis e em ações voltadas para práticas sustentáveis, como aumento na geração de energia limpa. Na análise dos indicadores dos ODS do estado da Paraíba, os desafios identificados implicam a necessidade de medidas urgentes. Entretanto, é evidente que o estado apresenta uma implementação bem sucedida dos ODS, embora a falta de compromisso em nível nacional.

Palavras Chave: Sustentabilidade; Agenda 2030; Paraíba.

ABSTRACT

The commitment of states to sustainable development was strengthened by the Sustainable Development Goals (SDG) in their 17 goals and 169 indicators at the United Nations General Assembly in 2015. The SDGs reinforce the challenge for national and local levels to formulate an agenda that links economic and social development to environmental sustainability. Given the comprehensive nature of the SDGs and the need to produce information about their implementation, this research had the general objective of analyzing the SDG indicators in the state of Paraíba in the period 2015 to 2020. The specific objectives were: i) to identify the fulfillment of indicators in the state of Paraíba; ii) to systematize information from secondary data on SDG indicators in the state of Paraíba and iii) to study the progress and challenges in

¹ Aluna do curso de licenciatura em Geografia na Universidade Estadual da Paraíba.

² Docente da Universidade Estadual da Paraíba, Departamento de Geografia e História do Centro de Humanidades – CH.

achieving the SDGs at the state level. To this end, a literature review and a survey of secondary data in official government databases were carried out, considering the 2015-2020 research period. The analysis pointed out that the state of Paraíba showed advances in the SDG goals, in education with an increase in the IDEB, improvement in the infrastructure of schools, in investments aimed at promoting sustainable agriculture, an increase in health facilities and in the fight against epidemics and transmissible diseases, and in actions aimed at sustainable practices, such as an increase in the generation of clean energy. In the analysis of the SDG indicators in the state of Paraíba, the challenges identified imply the need for urgent measures. However, it is evident that the state presents a successful implementation of the SDGs, despite the lack of commitment at the national level.

Keywords: Sustainability; 2030 Agenda; Paraíba;

1 INTRODUÇÃO

O oportuno compromisso com o "desenvolvimento sustentável" estabelecido em meados da década de 1980, exemplificou a necessidade de encontrar formas de crescimento menos destrutivas e mais duráveis. No entanto, para alcançar a sustentabilidade, evidenciava a necessidade de definir um conjunto de ações para reposicionar completamente o processo de crescimento econômico (VEIGA; EHLERS, 2003).

Essa preocupação foi discutida na Cúpula do Milênio das Nações Unidas, ocorrida em setembro de 2000, em Nova Iorque, com participação de 191 países em que foi adotado o documento "Declaração do Milênio das Nações Unidas", marco fundador dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os ODM incluem ações específicas de combate à fome e à pobreza, relacionadas à implementação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, igualdade de gênero e meio ambiente, além de medidas para construir uma parceria global para o desenvolvimento sustentável (ROMA, 2019).

Com prazo de conclusão em 2015, em 2012 passou a iniciar discussões sobre os novos compromissos. Em setembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) adotou 17 ODS como parte integrante da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Os ODS marcam uma mudança histórica para a ONU em direção a uma agenda para vincular o desenvolvimento econômico e social à sustentabilidade ambiental (BIERMANN; KANIE; KIM, 2017).

Mais do que as metas em si, nos 17 ODS há um convite implícito para construir novas narrativas sobre como alcançar crescimento, bem-estar e conservação, respeitando as interdependências entre esses diferentes domínios (FAVARETO, 2019). A ideia de desenvolvimento sustentável tem como premissa a interconexão e interdependência de três domínios que alguns consideram inconciliáveis: bem-estar econômico, bem-estar social e proteção ambiental. Muito do fracasso dos sistemas e ferramentas atuais para alcançar melhores resultados pode ser atribuído ao descaso e ao isolamento desses vínculos por organizações, governos, empresas e sociedade civil (ARAÚJO, 2020).

Sabemos que o desenvolvimento harmonioso de uma sociedade depende basicamente de uma biosfera saudável, que é um sistema completo e autorregulado suficiente para continuar sua reprodução, caso o homem passe a respeitar as suas leis de funcionamento e evolução. Por isso, é preciso pautar-se por um comportamento superior que torne consciente e planejada a interdependência entre homem e natureza, a fim de criar um ambiente propício para a vivência dos seres vivos nos parâmetros naturais e sociais (GOMES, 1988).

Os governos locais desempenham um papel importante na formulação de políticas, orientando a ação e despertando conhecimento para ajudar a alcançar os ODS pretendidos (NAGY; BENEDEK; IVAN, 2018). O foco local na implementação dos ODS significa que os governos regionais e locais devem contribuir para o alcance da Agenda 2030 por meio de ações contextualizadas, por abordar questões diretamente relevantes para o cotidiano dos cidadãos. Além disso, os governos locais desempenham um papel fundamental na redução da distância entre o nível nacional e a comunidade (VIEIRA, 2020).

No estado do estado da Paraíba ações importantes por parte do governo do estado foram desenvolvidas para fomentar os ODS e a Agenda 2030, Batista (2019) destaca ações como: i) articulação de programas existentes com ODS's para disputar ao Prêmio do Serviço Público das Nações Unidas (UNPSA); ii) assinatura do Memorando de Entendimento com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ; iii) adesão a implementação do PRODOC (Documento do Projeto PNUD) na Paraíba; iv); arranjo do Pacto para o Desenvolvimento Social da Paraíba – PACTO aos ODS's 5) aperfeiçoamento do Plano de Governo aos ODS's; 6) ações no programa Escola Cidadã Integral.

Os ODS exigem um sistema de informação unificado que englobe vários tópicos e seções até 2030. Esse sistema deve incorporar dados de registros administrativos, censos, pesquisas amostrais e imagens de satélite – bem como indicadores para cada aspecto da agenda. Para medir o sucesso das metas da Agenda 2030, é necessário um sistema abrangente que possa acompanhar os indicadores com base no cenário internacional, nacional, regional, municipal ou qualquer outro recorte. Esses indicadores são essenciais para monitorar o progresso em direção a cada meta ao longo do tempo e mostrar os resultados sobre sua conclusão até 2030 (KRONEMBERGER, 2019).

Não obstante, para que um estado alcance um nível de desenvolvimento sustentável, é importante promover efeitos que transformem diversos aspectos da realidade local, como: oferta de trabalhos formais, melhoria na distribuição de renda, a qualidade dos serviços de educação e saúde e a proteção do meio ambiente (LIMA, 2019).

Desse modo, esta pesquisa apresenta duas questões norteadoras que impulsionaram a motivação deste estudo: Como está a Paraíba em termos de cumprimento de metas dos ODS? Quais são os desafios para alcançar as metas dos ODS até 2030? Pauta-se que pode existir dificuldades no cumprimento e alcançar das metas dos ODS até 2030 devido à ausência em iniciativas de desenvolvimento sustentável em nível nacional.

Dada a natureza abrangente dos ODS e a necessidade de produzir informações sobre sua implementação, essa pesquisa teve como objetivo geral analisar os indicadores dos ODS no estado da Paraíba no período de 2015 a 2020. Como objetivos específicos: i) identificar o cumprimento dos indicadores no estado da Paraíba; ii) sistematizar informações a partir de dados secundários dos indicadores dos ODS no estado da Paraíba e iii) estudar os avanços e os desafios para o alcance dos ODS em nível estadual.

A estrutura desta pesquisa está organizada em mais outras seções além desta introdução. Na segunda seção é apresentada a metodologia da pesquisa, com abordagem sobre a área de estudo e os procedimentos adotados para obtenção de dados e a sua forma de análise. Na terceira sessão, é abordado sobre os ODS e a agenda 2030 apresentando seu histórico e os desafios para o seu alcançar. Na quarta sessão, é apresentado os resultados da análise dos indicadores dos ODS no estado da Paraíba realizado por meio do levantamento dos dados secundários em sites oficiais. Por fim, na quinta sessão é apresentada as conclusões desta pesquisa e sugestão de alguns caminhos possíveis para pesquisas adicionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Os ODS e a Agenda 2030: histórico e desafios para o seu alcançar

O conceito de desenvolvimento baseado no crescimento sustentado do PIB per capita levou o planeta à beira do colapso. Devido à falta de consideração pela natureza, os sistemas terrestres têm sido vistos como obsoletos em sua resiliência e adaptabilidade. Diante dessa situação, alguns atores tentaram mudar a perspectiva sobre o desenvolvimento e adotaram uma definição que inclui a natureza: o desenvolvimento sustentável. Essa definição combina crescimento econômico e sustentabilidade ambiental (CAMPELO, 2020).

O termo "desenvolvimento sustentável" foi utilizado em público, pela primeira vez, no Simpósio da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento, em agosto de 1979. Na pauta das discussões, com a imposição dos ambientalistas ao desenvolvimento em si, foi feita a declaração: "Não somos contra o desenvolvimento; apenas queremos que ele seja sustentável". A fala ficou conhecida em todo o mundo quando foi adotado o bordão "Nosso futuro comum", mais conhecido por "Relatório Brundtland". Em 1987, o relatório foi apresentado à Assembleia Geral da ONU pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Desde então,

o termo 'desenvolvimento sustentável' tem se justificado como o maior desafio do nosso século, sendo efetivado na Conferência Rio-92 VEIGA; ZATZ, 2008).

De acordo com Sachs (2019) para atingir os objetivos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável, um quarto objetivo deve ser considerado, a boa governança. Os governos devem cumprir funções indispensáveis para o desenvolvimento das sociedades. Essas funções-chave incluem a prestação de serviços como saúde e educação, estradas, redes elétricas, portos, redução da violência, promoção de ciência básica e novas tecnologias e aplicação de regras de proteção ambiental.

Asenjo (2010) enfatiza que cada país deve liderar seu próprio processo de desenvolvimento. Governos, ONGs, setor privado e sociedade civil em todos os lugares devem trabalhar juntos para implementar as reformas necessárias, implementar programas, criar fóruns de diálogo e consenso e provocar grandes mudanças.

Na década de 1990, após a Guerra Fria, as Nações Unidas organizaram uma série de conferências sobre questões globais como educação, direitos humanos e meio ambiente que resultaram em diversos documentos definindo as prioridades e metas da agenda internacional, alguns serviram como base e outros incorporam os ODM. Assim, estas conferências foram promotoras não apenas de uma mudança de paradigma no conceito de desenvolvimento, mas de um grande número de metas e objetivos endossados pelos governos, expressados nas conferências, que impulsionaram o surgimento dos ODM (CAMACHO, 2017).

Nesse período de construção, cerca de 1 bilhão de pessoas estavam vivendo na extrema pobreza, sem água de qualidade e sem alimentação em quantidade suficiente, do mesmo modo que era ausente os cuidados básicos com a saúde (FIOCRUZ, 2015).

Em setembro de 2000, 191 países assinaram um compromisso global e uma estratégia coordenada para promover a dignidade humana e combater a pobreza, fome, doenças, analfabetismo, degradação ambiental e discriminação contra as mulheres. Essa promessa foi cumprida com os oito metas dos ODM, com 21 metas e 60 indicadores a serem alcançados até 2015 (PNUD, 2015).

1. Acabar com a fome e com a miséria;
2. Educação Básica de qualidade para todos;
3. Igualdade entre os sexos e valorização da mulher;
4. Reduzir a mortalidade infantil;
5. Melhorar a saúde das gestantes;
6. Combater a AIDS, a malária e outras doenças;
7. Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente;
8. Todo mundo trabalhando para o desenvolvimento (FIOCRUZ, 2015).

A divulgação dos ODM ocorreu com os logotipos apresentados na Figura 1 abaixo, facilmente era possível ser observado cartazes de divulgação dos ODM em ambientes públicos, organizações da sociedade civil e empresas privadas.

Figura 1 – Logotipos dos ODM



Fonte: BRASIL, (2015).

Resultados importantes foram alcançados pelos ODM no Brasil, a meta das Nações Unidas de reduzir a fome e a pobreza extrema à metade dos níveis de 1990 até 2015 foi cumprida no Brasil em 2002 e superada em 2008. Na educação, no ano de 2009, 95,3% das crianças de 7 a 14 estavam frequentando o ensino fundamental. Na igualdade feminina, entre 2003 e 2011, a População Economicamente Ativa (PEA) feminina aumentou 17,3%, a masculina cresceu 9,7%. Outro resultado importante é no que refere a taxa de mortalidade, houve uma queda de queda de 65% entre 1990 e 2010 no índice de mortalidade de crianças abaixo de cinco anos. Nesse mesmo período, o número de óbitos por mil nascidos vivos passou de 53,7 para 19 óbitos. O país conseguiu ainda ter resultados no controle da malária, com queda de 20,1 no número de exames positivos por mil habitantes entre 1990 e 2010. Em termos de conservação da biodiversidade, o Brasil reduziu suas emissões de gases de efeito estufa em 19,2% em 2015 simplesmente reduzindo o desmatamento na Amazônia. Nas relações com os países em prol do desenvolvimento, o Brasil intensificou agendas e relações com o Caribe e o toda América Latina (ODM, 2015).

Como parte do processo de definição da agenda para substituição dos ODM, foi realizado em 2012 a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). O documento resultante, intitulado "O futuro que queremos", estabeleceu as bases para que os Estados membros da ONU construíssem um novo conjunto de metas e objetivos de desenvolvimento sustentável, com base nos sucessos dos ODM para ser iniciado em 2015 (ROMA, 2019).

Embora a narrativa oficial dos ODS enfatize que a agenda constrói e abraça a agenda dos ODM para a pobreza, os ODS também desafiam suas limitações. Uma das maiores linhas divisórias na formação da agenda pós-2015 é o compromisso de continuar a agenda dos ODM para redução da pobreza com algumas modificações – "ODM+" – e buscar alternativas para uma visão diferente e mais impactante e abordar crises de desigualdade crescente, pobreza persistente, mudança climática, violência crescente e outras metas (FUKUDA-PARR; MUCHHALA, 2020). Os ODS se constituem por 17 metas que estão interligadas, sendo (AGENDA 2030, 2016, p. 19):

- Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
- Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
- Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
- Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
- Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
- Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos
- Objetivo 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia
- Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
- Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
- Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
- Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
- Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
- Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos
- Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
- Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
- Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
- Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

O logotipo dos ODS é um pilar fundamental de toda a comunicação relacionada à Agenda 2030, Figura 2. A estratégia foi projetada para incentivar e facilitar a informação, o engajamento e a colaboração de todos. O foco está na criação de uma linguagem positiva que será um elo fundamental no apoio aos ODS para atingir o seu alcançar (PNUD, 2016).

Figura 2– Logotipos dos ODS



Fonte: PNUD, (2016).

O Brasil, no contexto da sua diversidade, os ODS representam uma oportunidade para melhorar a governança e a aplicação de políticas que integram o progresso e a recuperação econômica do país. É também uma oportunidade para os governos e a sociedade abordarem outros objetivos, como a erradicação da pobreza e da fome, a luta e o combate às mudanças climáticas. A publicação do Decreto Presidencial nº 8.892, assinado em outubro de 2016, estabeleceu a governança nacional para o processo de implementação da Agenda 2030 no país e criou a Comissão Nacional sobre os ODS - CNODS. É um órgão consultivo que visa divulgar e assegurar a transparência das ações relacionadas aos ODS (BRASIL, 2017).

Não obstante, pelo Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, ocorreu a extinção da CNODS com demais colegiados. Para assegurar a coordenação dos ODS, o governo instituiu o Decreto nº 9.980, de 20 de agosto de 2019, a Secretaria Especial de Articulação Social, Segov/PR, implementar a Agenda 2030 no Brasil (IPEA, 2020). De acordo com Araújo (2020) a extinção dos CNODS pode ser denunciada como o desmantelamento da estrutura de participação social, isso que se opõe a uma ação de mudanças nas estratégias de metagovernança usadas para implementar a agenda.

Está sendo amplamente divulgado a urgência em acelerar a implementação dos ODS. É importante notar, no entanto, que as estratégias para implementar esses objetivos surgem em nível local. Portanto, identificar os ODS é um passo importante na implementação dos Objetivos Globais. Embora que os governos locais estão prontos para implementar os ODS agenda 2030, os governos nacionais ainda precisam criar condições suficientes para que cidades e municípios liderem a Agenda 2030 (VIEIRA, 2020).

Quando as Nações Unidas acordaram a Agenda 2030 e os ODS, o Brasil tinha passado por crises que se intensificaram com o passar dos anos e conduziram o país a um trajeto diferente ao que estava previsto na agenda. Com problemas desavenças políticas e aumento na crise socioeconômica, a Agenda 2030 não foi prioridade no segundo mandato do governo de Dilma Rousseff. O governo Temer (2016-2018) sustentou o acordo com os ODS, contudo não deu prioridade a agenda e não conseguiu conter as crises que ocorriam no país. O cenário se agravou no governo de Jair Bolsonaro, se configurando como uma ruptura sem precedentes no que se refere às ações para promoção do desenvolvimento sustentável. A atual agenda política do Brasil atrasa décadas de avanços nos direitos ambientais e sociais e põe em perigo importantes proteções ambientais. Governos anteriores apoiaram a Agenda 2030, mas a atual administração despreza a agenda e órgãos internacionais (GRESSE; ENGELS, 2020).

O V Relatório Luz do GT Agenda 2030 (2022), observa que os direitos estabelecidos nas últimas décadas para no âmbito ambiental, econômico e social também foram destruídos. Em números, das 169 metas dos ODS, o país apresenta um cenário preocupante, 92 metas (54,4% do total) apresentam a regressão em várias áreas; 27 metas, o que representa 16% do total, estão estagnadas; 21 metas, (12%), estão ameaçadas; 13 (7%), apresentam progresso insuficiente; e 15, ou 8%, não fornecem dados sobre sua situação. Atualmente, não há nenhuma meta com progresso satisfatório. O Relatório aponta ainda o aumento no desmatamento e poluição, negação a ciência, maior número de assassinatos de defensores dos direitos humanos, censura a imprensa, maior número de mortes e violência a mulheres e de LGBTQIP+, negras e dos povos tradicionais, entre outros grupos (GT AGENDA 2030).

No cumprimento dos ODS, a governança deve ter responsabilidade efetiva para sua implementação, tanto em ações em nível nacional como em nível local. A formulação de políticas públicas que consideram o desenvolvimento sustentável e a integração das metas dos ODS na perspectiva do bem-estar econômico, bem-estar social e proteção ambiental. Elementos estratégicos para garantir uma mudança crucial no cenário que se apresenta o Brasil no cumprimento dos ODS devem ser pensados como pauta principal pela governança.

3 MATERIAIS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1 A área de estudo

O estado da Paraíba apresenta uma área territorial de 56.467,242km² e tem 3.766.528 habitantes, com população estimada no ano de 2021 de 4.059.905 habitantes (IBGE, 2021). A densidade demográfica é de 66,70 hab/km², a 8ª maior no ranking brasileiro. O estado apresenta 223 municípios, sendo o município de João Pessoa a sua capital (IBGE, 2010). Em termos de áreas geográficas, a distribuição espacial da população mostra uma concentração em duas áreas intermediárias: João Pessoa (49%) e Campina Grande (27%), totalizando 76% (IDEME, 2018a).

Um dos motivos da alta concentração de pessoas na Paraíba hoje é o dinamismo que a economia do país apresenta em algumas partes do estado. O indicador econômico que reflete essa realidade é o PIB da Paraíba que cresceu 0,6% em 2019, mantendo sua participação no PIB nacional em 0,9% e no PIB regional em 6,5% neste mesmo ano (IBGE, 2019).

A Paraíba é descrito como o estado mais central do Nordeste, proporcionando maior integração entre os mercados de abastecimento e consumo da região (IDEME, 2018b). No período 2010-2015, a indústria e os serviços constituíram os principais pilares da economia do estado, respondendo por 95,4% do Valor Agregado Bruto - VAB em 2010, passando para 96,2% em 2015. Além disso, é importante destacar que as atividades da administração pública desempenham um papel importante na composição da economia da Paraíba (IDEME, 2018a).

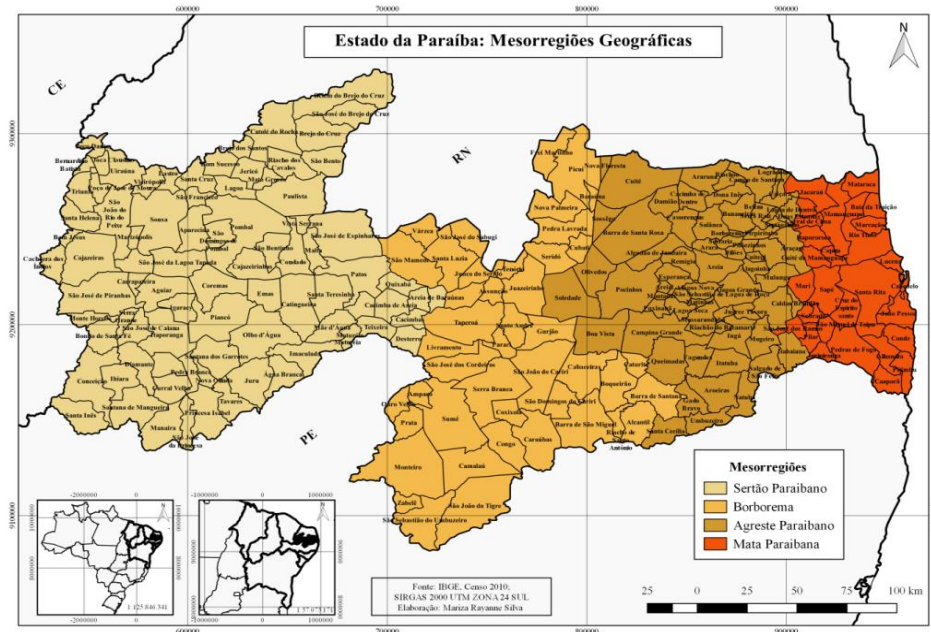
O estado apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,658, sendo um dos mais baixos do país, ocupando a 23ª no ranking brasileiro. A capital, João Pessoa, apresentou índice de 0,763, superior à média regional (IBGE, 2010). O IDH é uma medida resumida do progresso de longo prazo em três dimensões fundamentais do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde (PNUD, 2017).

A Paraíba possui uma superfície de 56.468 km² e está localizada na porção mais oriental das Américas, se apresenta com quatro mesorregiões (Sertão Paraibano, Borborema, Agreste Paraibano e Mata Paraibana) e 23 microrregiões geográficas, Figura 3 abaixo (IDEME, 2018b). Além dessa subdivisão do estado em micro e mesorregiões, o IBGE classifica também como Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. Nessa configuração o estado da Paraíba possui quatro regiões intermediárias e quinze regiões imediatas. As regiões imediatas são um conjunto de centros que se conectam a um centro urbano mais próximo, aquele cujo espaço tenha a concentração de bens e serviços que atendam às necessidades imediatas. As regiões intermediárias estão conectadas a partir de centros que se atrelam a metrópoles, quando tem a ausência de centros maiores (OLIVEIRA, 2019).

Os relevos na Paraíba apresentam-se de forma muito diversificada, consistindo em diferentes formas trabalhadas em diferentes processos, com diferentes climas e em poucas ou muito diferentes rochas. Os tipos climáticos mais importantes do estado formam dois grupos: úmido, semiúmido e semiárido (FRANCISCO; SANTOS, 2017).

Da área territorial do estado, 90,91%, 51.338,777 km², e 194 municípios (86,99%) estão localizados na região semiárida. Esse valor é o mesmo entre regiões e municípios do bioma Caatinga. Quanto à desertificação, abrange 94,54% da área do estado (53.385,479 km²), 208 municípios (93,27%), dos quais 150 (72,11%) estão localizados no semiárido, e também no bioma Caatinga, com área de 45.769.483 km² (COSTA, 2021).

Figura 3– Mapa do estado da Paraíba por Mesorregiões Geográficas



Fonte: Moraes, Bezerra e Pereira (2021).

Uma característica climática marcante da Paraíba é a irregularidade espacial e temporal de seu regime pluviométrico (FRANCISCO; SANTOS, 2018). O estado é caracterizado por dois regimes pluviométricos, um de fevereiro a maio nas regiões do Alto Sertão, Sertão e Cariri/Curimataú; outro de abril a julho no Agreste, Brejo e Litoral (FRANCISCO; SANTOS, 2017). A precipitação anual varia de 400 a 800 mm, podendo ultrapassar 1.600 mm no interior semiárido e costas mais úmidas (VAREJÃO-SILVA *et al.*, 1984).

Esse perfil faz com que o estado apresente destaque na pecuária de caprinos, por não exigir altas demandas hídricas na sua criação e manejo e raças adaptadas a climas quentes. A Paraíba tem conseguido alcançar novos índices neste setor produtivo a partir de pesquisas de melhoramento genético, assistência técnica permanente e acesso a políticas públicas para o setor. A produção de leite caprino do estado continua se destacando no país, com 13 mil litros por dia (CNA, 2017).

3.2 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa se apresenta com uma abordagem de cunho quali-quantitativo, os dois tipos de dados produzidos com as duas naturezas oferecem uma “oposição complementar que, quando trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e mais fidedignidade interpretativa” (MINAYO, 2007, p. 22). Combinar técnicas quantitativas e qualitativas torna uma pesquisa mais forte e reduz os problemas de adoção exclusiva de um desses grupos; por outro lado, a omissão no emprego de métodos qualitativos, num estudo em que se faz possível e útil empregá-los, empobrece a visão do pesquisador quanto ao contexto em que ocorre o fenômeno (NEVES, 1996).

O estudo foi conduzido de modo exploratório, que se apresenta como o primeiro passo no campo científico, em que proporciona conhecer o assunto com mais profundidade (RAUPP; BEUREN, 2003). Segundo Mattar (2001), os métodos utilizados pela pesquisa exploratória são amplos e versáteis. Os métodos empregados compreendem: levantamentos em fontes secundárias, levantamentos de experiências, estudos de casos selecionados e observação informal. E, também, descritivo, na medida em que tem como objetivo principal “a descrição

das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p.28).

As técnicas utilizadas nesta pesquisa foram pesquisa bibliográfica em artigos científicos e análise de dados secundários. Na pesquisa bibliográfica foram utilizadas as bases de dados: Science Direct, Pubmed, SciELO, Portal de Periódicos, CAPES e Google acadêmico. As palavras-chaves foram “ODS *and* indicadores”; “ODS *and* Paraíba”; “Desenvolvimento Sustentável *and* Indicadores”; “Agenda 2030 *and* ODS” e “Indicadores ODS *and* Paraíba”.

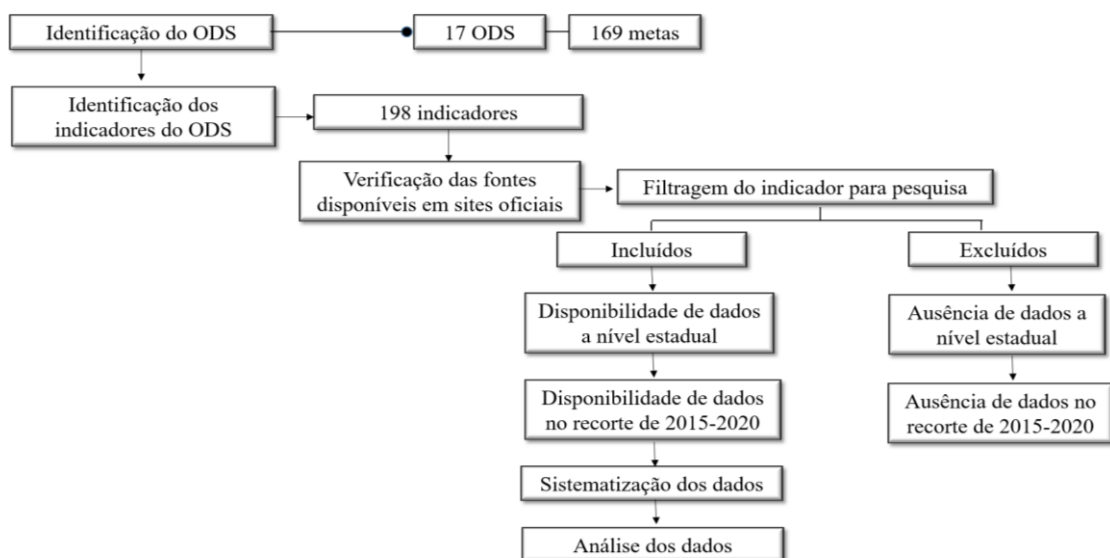
Na análise de dados secundários dos indicadores dos ODS’s, do estado da Paraíba no período de 2015-2020, objetivou-se sistematizar informações e analisar por meio de estatística descritiva, informações sobre o monitoramento do estado em que se encontra a efetivação do ODS na Paraíba. Para tanto, foi tomado como ponto central indicadores atuais, acessíveis e disponíveis, a busca pelos dados secundários teve como etapa inicial a Plataforma de Fontes ODS³ que objetivo de reunir em um mecanismo oferecendo as fontes para que os dados possam ser encontrados e os status das fontes que oferecem dados sobre os ODS. A plataforma serve como um repositório de fontes para pesquisadores e sociedade civil que trabalham com a temática, quanto como um retrato da política de transparência do Estado.

A base plataforma oferece uma base de dados em planilha Excel categorizado pelas seguintes informações: i) tema; ii) título do dado; iii) ODS que está interligado; iv) o indicador abordado; v) fontes disponíveis (máximo 3 fontes por ODS); vi) informação sobre periodicidade; vii) status de atualização e viii) situação de permissão para *download*.

3.3 Etapas da pesquisa e forma de análise dos dados

Para coleta dos dados secundários na Plataforma de Fontes dos ODS, foi constatado que dos 231 indicadores dos ODS, 198 indicadores estão presentes na base de dados utilizada. Inicialmente, foi realizado uma filtragem dos dados dos indicadores obedecendo dois critérios: i) dados disponíveis do estado da Paraíba e, ii) dados disponíveis no recorte de 2015 a 2020, conforme descrito na Figura 4 abaixo. Após filtragem, os dados foram acessados em acordo com as três fontes disponíveis, sendo utilizada aquelas que obedecessem os critérios da pesquisa.

Figura 4– Fluxograma da pesquisa com as etapas realizadas para obtenção de dados



Fonte: Autora, (2022).

³ Disponível em: <https://dadosgtagenda2030.artigo19.org/>

Para os indicadores que não apresentaram dados na plataforma buscou-se outras fontes em sites oficiais. Os dados foram sistematizados em planilha Excel e foram construídas as tabelas e os gráficos para facilitar a visualização das informações.

Na análise das informações optou-se pela utilização de estatística descritiva, a fim de obter mais clareza das informações e possibilitar realizar comparações críticas entre os anos de 2015-2020 sobre os ODS no estado da Paraíba.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Análise dos indicadores dos ODS no estado da Paraíba

A implantação dos ODS's requer um orçamento público pautado no olhar democrático e na valorização dos cidadãos, configurando um novo modelo de gestão pública (GARRIDO, 2021). Na análise das Despesa dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA) do estado da Paraíba, foi possível observar aumentos e reduções significativas em categorias que estão relacionadas com os ODS's (Tabela 1).

Tabela 1– Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social previstos na LOA no período de 2015-2020 no estado da Paraíba

Função	Recursos (R\$)					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Essencial à justiça	270.291.470	319.359.280	328.085.966	329.036.121	323.476.603	345.061.529
Segurança pública	933.047.053	1.112.217.645	1.109.788.667	1.178.261.049	1.228.100.634	1.308.075.373
Assistência social	342.365.004	291.180.151	292.826.758	238.138.222	246.722.075	227.616.542
Saúde	1.376.457.698	1.429.789.919	1.480.036.485	1.377.063.731	1.543.173.892	1.551.028.784
Trabalho	30.600.000	37.258.000	38.388.200	16.557.980	40.864.029	32.495.000
Educação	1.549.593.810	1.585.936.595	1.572.175.293	2.292.101.785	2.200.626.730	2.557.311.369
Cultura	19.056.709	22.725.904	22.882.358	18.615.747	20.427.985	22.811.777
Direitos da cidadania	187.144.004	192.282.816	176.070.714	166.382.919	195.867.243	190.435.952
Urbanismo	154.980.281	137.174.789	136.844.686	72.945.219	87.233.276	45.223.845
Habitação	72.633.342	60.184.869	68.335.328	49.305.183	36.061.440	29.064.032
Saneamento	238.223.000	91.293.005	115.881.100	82.454.348	103.810.000	181.274.093
Gestão ambiental	424.826.164	282.347.507	334.778.619	250.240.351	207.122.956	291.441.176
Ciência e tecnologia	24.810.100	22.024.986	18.363.426	18.410.292	17.128.578	44.217.498
Agricultura	247.989.716	260.465.811	279.727.479	299.602.798	266.034.997	278.678.873
Organização agrária	21.493.169	21.859.267	15.664.787	12.783.131	9.952.116	2.799.000
Indústria	44.993.925	35.701.709	30.780.794	22.078.963	20.944.922	16.796.073
Comércio e serviços	35.655.106	33.058.045	38.145.947	25.696.691	24.799.048	26.724.403
Energia	8.268.000	8.633.366	8.565.224	8.308.522	5.956.239	4.136.663
Transporte	155.169.789	287.235.890	179.092.588	153.766.319	155.879.818	128.373.604
Desporto e lazer	6.267.358	11.294.356	13.367.418	7.180.880	6.962.649	7.059.407
Total	6.143.865.698	6.242.023.910	6.259.801.837	6.618.930.251	6.741.145.230	7.290.624.993

Fonte: Assembleia Legislativa Paraíba (2022), adaptado pela autora.

Nos anos de 2015 a 2020, houve um aumento de mais de R\$ 1 milhão nas despesas com Educação, representando aumento de 39,4% do orçamento, e um aumento de mais de R\$ 300 mil na Segurança Pública, 28,6% do total de recursos para a categoria, e um injeção de mais de R\$ 150 mil na LOA na Saúde Pública, representando uma aumento de 11,2%.

Por outro lado, categorias ligadas ao ODS 11 Cidades e Comunidades sustentáveis, sofreram reduções significativas nos recursos na LOA de 2020, categoria Urbanismo teve uma redução de 70,8%, a categoria Transporte teve um diminuição de 20,8% na LOA. Esse ODS se interliga com o ODS 13, que tem foco medidas de enfrentamento a desastres, no indicador proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres, das Unidades Federativas o estado da Paraíba esteve na 24ª posição no ranking, dos estados do Nordeste ele ocupou a 7ª posição. Uma preocupação surge para categoria Gestão Ambiental que sofreu uma redução expressiva de 45,7% na LOA quando comparado o orçamento de 2015 com 2020. Essa categoria está interligada a vários indicadores dos ODS's, sobretudo os ODS's que 14 Vida na água e o 15 Vida terrestre.

Para o cumprimento dos ODS's os padrões de produção precisam ser alterados, na perspectiva da transformação ecológica do meio ambiente, assegurando que os ganhos do crescimento econômico contribuam para a redução da pobreza e melhoria da igualdade.

Desse modo, no quesito pobreza previsto no ODS 1, o estado apresenta uma baixa evolução no período de 2015-2020 na diminuição da extrema pobreza. Em 2015 40,3% da população do estado esteve enquadrada na categoria extremamente pobre, o Ministério da Cidadania considera dentro dessa situação aquelas pessoas com renda per capita menor que R\$ 77,00. Em 2020, houve uma diminuição de 3,7%, com 36,6% da população na extrema pobreza, considerando a renda per capita menor que R\$ 89,00. A taxa de pessoas em situação de pobreza diminuiu 7,2% de 2015 para 2020, no ano de 2015 eram consideradas pessoas pobres com renda per capita de R\$ 154,00 em 2020 esse valor foi de R\$ 178,00 (PARAÍBA, 2021). Esse dado evidencia ainda mais a necessidade de políticas sociais, contudo na LOA de 2020 as despesas para a categoria assistência social sofreram uma redução de 33,5% no montante de recursos, representando queda de R\$ 114 mil.

Na análise dos Indicador do Desenvolvimento Sustentável- IDS⁴ do estado da Paraíba, no componente erradicação da pobreza, calculado a partir das taxas de combate à pobreza, combate à extrema pobreza, acesso a proteção social, o município de Algodão de Jandaíra apresentou a menor taxa, com 28,2%, enquanto os municípios de Boa Vista e Poço de José Moura, apresentam os melhores resultados, ambos com 91,7% (PARAÍBA, 2021).

Esse indicador está diretamente ligado ao ODS 10 que tem como meta a redução das desigualdades, até 2030 deve-se empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente das diferenças. Na análise do indicador atrelado ao ODS 10, de proporção de pessoas vivendo abaixo de 50% da mediana da renda, foi identificado que no estado da Paraíba no ano de 2015 foi 28,4% e 30,1% no ano de 2020, conforme apresentado na Tabela 2.

No IDS, medido pelo Governo do Estado da Paraíba, apresentados na Plataforma ODS-PB, os municípios de Igaracy e Alhandra apresentam as menores taxas de redução de desigualdades, com 22,2% e 28,3% respectivamente. Esse cálculo foi realizado a partir dos resultados dos indicadores de política fiscal e proteção social e do indicador proteção de refugiados e imigrantes (PARAÍBA, 2021).

⁴ O IBGE acompanha a implementação das metas de desenvolvimento sustentável no Brasil. Para cada meta, é analisado a presença de variáveis e indicadores que podem ser utilizados para avaliar o progresso dos ODS (MOMM *et al.*, 2020).

Tabela 2– Percentual de pessoas, por classes de rendimento domiciliar per capita, no período de 2015-2020 no estado da Paraíba

Ano	Até ¼ de salário mínimo	Mais de ¼ a ½ salário mínimo	Até R\$ 89	Mais de R\$ 89 a R\$ 178,00
	Percentual (%)	Percentual (%)	Percentual (%)	Percentual (%)
2015	18,8	28,4	3,1	7,0
2016	22,1	28,9	3,2	8,7
2017	19,9	28,1	4,0	8,4
2018	23,4	25,9	5,9	7,9
2019	24,4	26,2	7,6	7,5
2020	16,9	30,1	4,9	5,7

Fonte: IBGE, (2020).

Quanto ao ODS 02, acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável, a Paraíba apresenta dados que inquietam, de acordo com Pesquisa de Orçamentos Familiares- POF, entre 2017-2018, dos 1.264 domicílios, apenas 46,5% apresentaram grau de segurança alimentar, 33,9% apresentaram insegurança alimentar leve, 13,2%, insegurança alimentar moderada e 6,3% insegurança alimentar grave.

Por outro lado, o estado poderá atingir os valores significativos em 2030 para indicadores relacionados a agricultura sustentável, devido aos altos investimentos do estado voltados para agricultura familiar e promoção da agroecologia, como o caso do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE), resultado da parceria entre o Governo do Estado da Paraíba e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), com investimento de R\$ 58 milhões no período de 2012 a 2019, beneficiando 56 municípios do semiárido paraibano (PROCASE, 2017). Nas Figuras 5 e 6 abaixo, temos exemplos de ações do PROCASE que promulgam com o ODS 2, ações de implantação de Sistemas Agroflorestais e o apoio a produção de orgânicos.

Figura 5– Sistema Agroflorestal na comunidade Bom Sucesso, município de Sossego



Fonte: Procace (2021).

Figura 6– Cultivo de hortaliças orgânicas na comunidade Santana, município de Zabelê



Fonte: Procace (2021).

Outra ação do Governo da Paraíba para agricultura sustentável é o projeto Paraíba Rural Sustentável, com execução iniciada em 2019 e prevista para encerramento em 2024, se constituindo uma parceria com o Banco Mundial, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social da população da zona rural paraibana, presente em 222 municípios do estado, configurando um montante de US\$ 80 milhões (PARAÍBA, 2020a).

Em relação aos indicadores do ODS 03, garantir vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos em todas as idades, no ano de 2015 e 2020, o estado ocupou o ranking de 5º lugar dos estados do Nordeste no registro de nascidos vivos, registrando o nascimento de mais de 230 mil crianças. Esse mesmo cenário ocorreu nas taxas de mortalidade infantil e fetal, na Tabela 3 abaixo é possível observar o quantitativo dos registros por ano.

Tabela 3– Taxa de mortalidade infantil e fetal e nascidos vivos, no período de 2015-2020 no estado da Paraíba

Registros	Ano						Total
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Nascidos vivos	59.089	56.083	57.493	60.205	57.701	56.379	231.482
Óbitos	437	470	530	486	506	474	1.992

Fonte: DataSUS, (2020).

Silva *et al.* (2022) apontam a maioria dos óbitos neonatais apresentam relação qualidade do pré-natal realizado, uma vez que a prescrição de exames e tratamento no tempo indicado proporcionam a redução de infecções e dos riscos de complicações na gravidez.

Nos demais indicadores previstos no ODS 3, como combate a epidemias e doenças transmissíveis, o estado da Paraíba apresenta um índice de 95% no alcance da meta de reduzir internações. Para o indicador cobertura de saúde, o índice é de 77,6%, não obstante, cabe destacar o aumento na rede assistencial, no total de estabelecimentos de saúde no período de 2015 a 2020, 616 novas unidades públicas foram construídas, conforme apresentado na Tabela 4. Entretanto, apesar dos significativos avanços no aumento dos estabelecimentos de saúde, não resolveu a diminuição da mortalidade infantil no estado, pontuado na Tabela 4.

Tabela 4– Total de estabelecimentos de saúde no período de 2015-2020 no estado da Paraíba

Tipo do estabelecimento	Ano					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Academia da saúde	79	94	127	149	175	191
Centro de Apoio a Saúde da Família-CASF	141	141	150	160	158	160
Centro de Atenção Psicossocial-CAPS	100	108	115	119	118	123
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	1.304	1.310	1.345	1.372	1.389	1.418
Farmácias	72	90	108	122	132	162
Hospitais	155	157	157	148	151	155
Laboratórios	20	26	32	44	51	53
Policlínicas	109	117	132	149	158	173
Posto de Saúde	262	255	261	247	239	232
Pronto Atendimento e Socorro	16	26	31	31	30	30
Unidade de Vigilância em Saúde	163	165	173	187	192	192
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	444	457	512	549	579	592
Total	2.865	2.946	3.143	3.277	3.372	3.481

Fonte: DataSUS, (2020).

Na comparação do período, as Academias de Saúde, os Centro de Saúde e Unidades Básicas de Saúde, Farmácias Populares e Policlínicas foram os estabelecimentos que mais apresentaram aumento, conseqüentemente, houve aumento no número de contratações de profissionais da saúde no estado.

Nas Figuras 7 e 8 abaixo temos unidades inauguradas em nos municípios de Queimadas e Monteiro que irão contribuir com a promoção da saúde e o bem-estar da população.

Figura 7– Inauguração da Policlínica no município de Queimadas, Paraíba



Fonte: Prefeitura Municipal de Queimadas (2019).

Figura 8– Academia de Saúde recém inaugurada no município de Monteiro, Paraíba



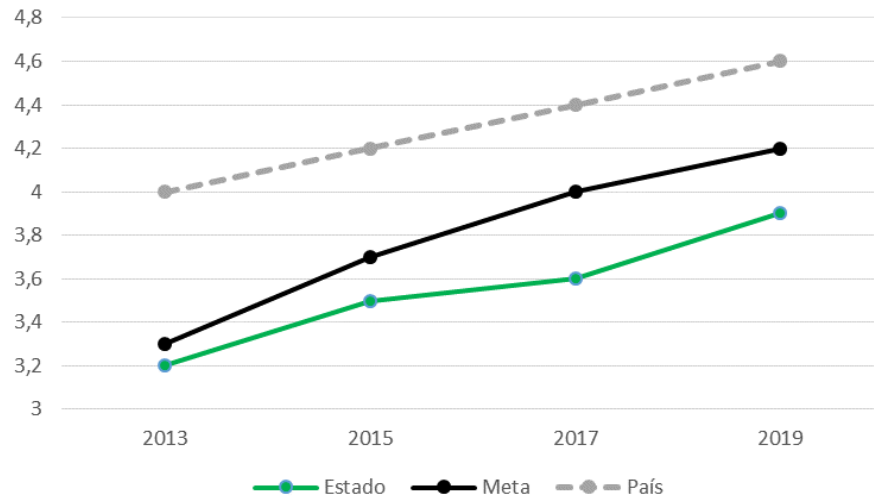
Fonte: Prefeitura Municipal de Monteiro (2022).

Outro dado que merece destaque é referente a Atenção Primária à Saúde, no que condiz a Cobertura da Atenção Primária à Saúde. Em 2015, a taxa de cobertura populacional pelas equipes da Estratégia Saúde da Família foi de 94,42%, em 2020 passou para 94,99%. No que se refere a cobertura populacional estimada na Atenção Básica, a taxa de cobertura em 2015 foi de 98,03%, contudo em 2020 foi teve uma queda para 97,83% (BRASIL, 2022).

Não obstante, os avanços do ODS 3 não segue para a meta de cobertura vacinal, o indicador de taxa de cobertura vacinal da população em relação às vacinas incluídas no Programa Nacional de Vacinação, no ano de 2015, no estado da Paraíba foi de 86,34% e em 2019 passou para 43,87% (BRASIL, 2022). A cobertura da vacinação diminuiu por diversos motivos, como desinformação, disseminação de "fake news" e falta de atenção às doenças de baixa incidência. A hesitação da vacina, o atraso em aceitar ou rejeitar uma vacina, é uma das dez principais ameaças à saúde global (MILANI; BUSATO, 2021).

No que se refere ao ODS 04 que visa garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, observou-se que dados desta meta, na sua maioria, não apresentam informações sobre o ano de 2020. Acredita-se que devido a pandemia e o ensino remoto, há uma algumas barreiras em divulgação das informações. Na análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB dos anos finais da rede pública (Figura 9), calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação), é possível observar que no ano de 2017 houve um maior distanciamento entre a meta prevista no estado e o resultado obtido. Em 2019, ocorreu um aumento de 0,3 no índice do estado, mas não atingiu a meta do estado de 4,2.

Figura 9– Evolução do IDEB dos anos finais da rede pública no período de 2013-2019 no estado da Paraíba



Fonte: INPE, (2021).

Embora os dados apresentados não tenham atingido a meta do país, temos um cenário diferente para a taxa de conclusão dos alunos na rede pública (Tabela 5). O estado da Paraíba no período de 2015-2019 apresentou taxa acima da média regional, no ano de 2015 e estado ultrapassou a média nacional e em 2019 a distância foi reduzida. Acredita-se que embora com a ausência de informações para o ano de 2020, essa taxa não tenha caído, com o fechamento das escolas devido a pandemia da COVID-19. As aulas passaram a ocorrer de forma remota e o estado da Paraíba seguiu as orientações do Conselho Nacional de Educação (CNE) para não ocorrer reprovações durante o período pandêmico.

Tabela 5– Taxa de conclusão dos anos iniciais do ensino fundamental, do ensino fundamental e do ensino médio

Localidade	Ano				
	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	93	93,4	94,2	94,9	95,1
Nordeste	89,6	90,6	91,4	92,4	93,2
Paraíba	93,3	92	92,7	93,5	94,4

Fonte: PNAD, (2020).

O ODS 4 abrange ainda a infraestrutura das escolas, no intuito que os espaços apresentem boas condições para os alunos e, também, possibilitar ao professor um ambiente adequado de trabalho (Tabela 6). Nota-se que de 2015 a 2020 avanços significativos ocorreram no que se refere a infraestrutura adaptada para alunos com deficiência e as acesso à internet nas escolas, aumento de 45,9% e 25,1%, respectivamente. Destaca-se também o aumento de 11,6% no abastecimento de água e de 8,6% de computadores para fins pedagógicos.

Tabela 6– Proporção de escolas dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, do ensino médio, por infraestrutura das escolas

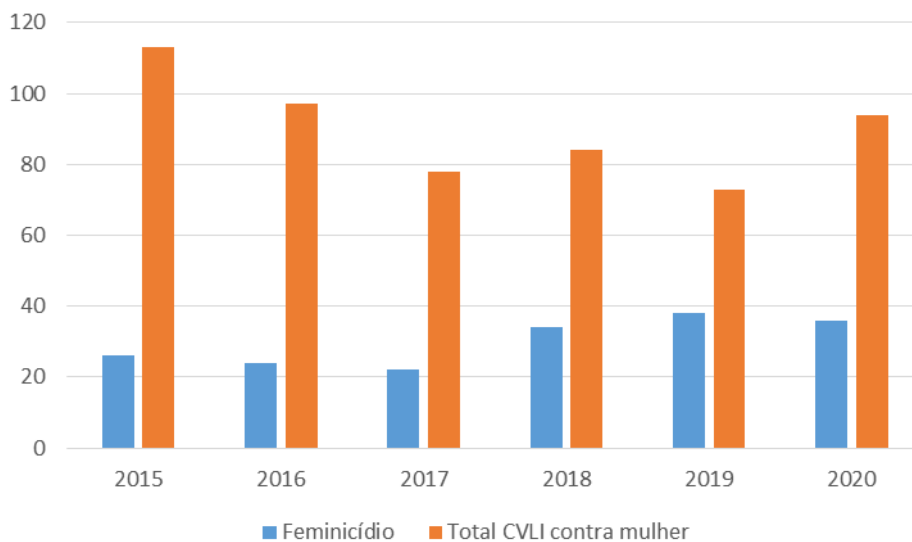
Infraestrutura das escolas	Ano					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Acesso à eletricidade	99,5	99,6	99,6	99,1	99,8	99,8
Acesso à internet	47,1	52,5	55,5	47,9	70,2	72,2
Computador para fins pedagógicos	42,6	46,7	49,4	28,2	40,2	51,2
Infraestrutura adaptada para alunos com deficiência	22,3	23,7	25,7	92,4	65,2	68,2
Abastecimento de água	85,6	87,5	91,1	96,5	96,6	97,2
Água Filtrada	95,7	95,3	96,1	99,8	98,5	98,8

Fonte: Inep/Deed - Censo da Educação Básica (2021).

Quanto ao ODS 5 que tem meta a igualdade de gênero, a categoria que representa 51,5% da população, possui representatividade intermediária em cargos públicos, na eleição do ano de 2020 apenas 16,6% das candidaturas registradas foram de mulheres (TSE, 2020). A proporção de assentos ocupados por mulheres na Câmara de Deputados é de 8,3, contudo o estado compartilha boas posições em comparação com a média da região Nordeste na Câmara de Vereadores, com proporção de assentos de 13,8 (ODS, 2018). O estado da Paraíba vem desenvolvendo ações apoiada pelas estratégias implementadas em nível político, econômico e social. Em 2016, foi apresentado o I Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, o Plano institui ações intersetoriais, com iniciativas prioritárias de forma integrada e transversal pelos órgãos e secretarias de governo (PARAÍBA, 2016).

A meta prever eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos. Na figura 10, observa-se o retrato no estado da Paraíba.

Figura 10 – Série histórica dos feminicídios e CVLIs femininos na Paraíba (2015-2020)



Fonte: Anuário de Segurança Pública da Paraíba (2020).

Os dados sobre os feminicídios e Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), em 2015 foram contabilizados 26 crimes de feminicídios, em 2020 esse número saltou para 36. Esses dados seguem a média nacional, na pandemia os registros de ocorrência de violência contra a mulher tiveram aumentos significativos. Os CVLIs em 2015 foi o maior número na séria histórica, com registro de 113 mortes violentas de mulheres, em 2020 esse número foi de 94 mortes.

Outro objetivo prioritário da Agenda 2030 é refletido nas estratégias de desenvolvimento é a criação de infraestrutura de água e saneamento, indicador do ODS 6, referente a gestão de água potável e gestão de águas residuais e resíduos. A sua importância se justifica pela conexão direta da infraestrutura de água e esgoto com o aumento da qualidade de vida, saúde dos cidadãos e expectativa de vida. Embora seja uma das prioridades, no ano de 2018, apenas 50,5% dos domicílios apresentam esgotamento sanitário adequado, existem diferenças nas áreas urbanas e rurais também, contudo o estado esteve acima da média da região Nordeste que é de 44,6%. Para reverter esse quadro no ano 2019 o Governo do Estado por meio do Programa de Esgotamento Sanitário, realizou ações voltadas à população de 18 municípios, que visam à melhoria nos sistemas de esgotamento, dessalinização da água perfuração de poços, além da manutenção de redes de tratamento de água (PARAÍBA, 2020b).

Na análise do cumprimento dos objetivos do ODS, a plataforma ODS-PB monitora 3 indicadores do ODS 6, o acesso à fontes de água segura por encanação, da meta prevista para 78% o estado apresentou no ano de 2020 um valor de 73,9%. No indicador acesso à esgotamento sanitário, a meta prevista é de 60,6%, o valor alcançado no ano de 2020 foi de 56,2%. O último indicador monitorado é de promover acesso a água encanada e esgotamento sanitário, para esse caso o estado ultrapassou com 100% (PARAÍBA, 2021).

Na lógica de melhoria e gerenciamento de serviços, temos o ODS 12 que aborda sobre Consumo e Produção Responsáveis, no estado da Paraíba, são produzidos todos os dias uma média de 2.737 toneladas de resíduos sólidos urbanos. Deste total, 56% é referente a matéria orgânica, 32,5% a materiais recicláveis, ou seja, 88,5% dos resíduos sólidos gerados são passíveis de aproveitamento, o 11,5% restante são de rejeito, que deveriam direcionados em aterro sanitários. Contudo, apenas 11% dos municípios possuem sistemas de confinamentos de resíduos sólidos urbanos (LEITE *et al.*, 2021).

Um indicador que o estado da Paraíba vem mostrando destaque é referente ao investimento em energias renováveis, previsto no ODS 7. No período de 2015-2020 a geração de energia por fonte eólica teve um aumento de 69,8% e a solar de 100%, ao passo que a geração de energia por termoeletrica teve uma redução de 80,9% e a óleo combustível teve uma redução de 90% de geração de energia, como exposto na Tabela 7. Duarte Júnior *et al.* (2021) apontam que as políticas públicas do estado da Paraíba, promoveram a difusão das fontes de energia renováveis solar e eólica, como o estabelecimento da concessão de benefícios fiscais e tributários para industriais que investirem nessas matrizes renováveis.

Tabela 7– Geração de eletricidade por fonte no período de 2015-2020 no estado da Paraíba

Fonte	Ano					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Hidro GWh	3	3	4	0	4	3
Eólica GWh	158	163	264	569	554	524
Solar GWh	0	0	2	67	287	365
Termo mil tep	3.195	1.329	1.625	1.203	726	609
Bagaço de cana mil t	159	207	252	250	253	283
Óleo combustível	3.035	1.110	1.357	952	452	301
Out. Fontes renováveis mil tep	0	0	0	1	18	0

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética- EPE (2020).

O Complexo Solar de Coremas, instalado no município de Coremas (Figura 11), é caso de sucesso dentro do ODS 7. Esse projeto se constitui como a primeira outorga de usina solar de grande porte no Brasil. O Complexo Solar de Coremas se apresenta com dez usinas de 31,2 MWp. A empresa do Grupo Rio Alto possui incentivo fiscal conferido pelo Governo do Estado, por meio do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba – FAIN (CINEP, 2021).

No âmbito da energia eólica temos em destaque no estado da Paraíba o Complexo de Santa Luzia é formado pelos parques Canoas, Lagoa I e Lagoa II, (Figura 12). O complexo está situado nos municípios de São José do Sabugí, Santa Luzia e Junco do Seridó, cada município conta com 15 aerogeradores, apresentando capacidade instalada de 31,5 MW, com início de operação no ano de 2017 (NEOENERGIA, S/D).

Figura 11– Complexo Solar de Coremas, município de Coremas



Fonte: UFPB (2021).

Figura 12– Complexo de Santa Luzia, do Grupo Neoenergia



Fonte: Neoenergia (S/D).

Na perspectiva do ODS 8, referente a taxa de desempregados e desocupados em pessoas de 15 anos ou mais, conforme apresentado na Tabela 8, é possível observar que a taxa foi mais alta para as mulheres na análise dos anos 2015-2020. Em 2016, a região Nordeste apresentou uma taxa de desocupação de 12,12% para homens e para mulheres 15,54%, neste ano o estado da Paraíba esteve com a taxas de desocupação mais baixa, ocupando a 8º no ranking dos estados da região. No ano de 2019, a taxa de desocupação se acentuou na região, os homens ficaram com a média de 12,6% e as mulheres com 17,2%, o estado da Paraíba passou para a 7º posição no ranking dos estados do Nordeste, sendo o 2º estado com a taxa de desocupação mais alta para as mulheres, com média de 18,4%. Esse dado se acentuou mais expressivamente no ano de 2020, sobretudo para as mulheres, o estado alcançou taxa de desocupação de 16,4%, tal fato pode estar atrelado a pandemia da Covid-19 que afetou diretamente a economia brasileira.

Tabela 8– Taxa de desocupação (%) de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo de 2015-2019*

Sexo	Ano					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Homens	8,25	10,23	10,57	10,5	10,1	11,9
Mulheres	11,36	12,95	12,49	13,7	14,0	16,4

Fonte: PNAD Contínua, (2020).

* Os anos de 2018 e 2019 foram calculados a partir das médias dos dados trimestrais dos anos analisados.

O ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura, na temática da Indústria tem como meta que até 2030, é necessário aumentar significativamente a participação da indústria no emprego

e no produto interno bruto, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo. O valor adicionado da indústria em proporção do PIB no estado da Paraíba no ano de 2010 era de 8,2 em 2018 caiu para 7,6. O valor adicionado per capita da indústria de transformação em 2010 foi de 731,0, contudo no ano de 2018, caiu para 729,0, este indicador aponta o nível de industrialização de um país ajustado pelo tamanho de uma economia (ODS, 2019).

No caso da infraestrutura, o Programa Caminhos da Paraíba, criado em 2011, recebeu um montante de 1,3 bilhão de recursos, como resultados, o estado apresentou 2.344,7 km por meio de 146 obras com estradas construídas, revitalizadas, construção de pontes e demais serviços. Um impacto positivo foi o fim do isolamento de 54 municípios que não tinha acesso pavimentado, beneficiando mais de 300 mil habitantes (PARAÍBA, 2017). Nos anos de 2018 e 2019, o governo investiu um total de R\$ 280 milhões em obras rodoviárias, em que foram concluídos 175,2 km de novas rodovias pavimentadas (PARAÍBA, 2020c).

No ODS 16, Paz, Justiça e Instituições Fortes, o estado estabeleceu e implementou o Programa Paraíba Unidos pela Paz, com o objetivo principal de aumentar a sensação de segurança na sociedade. O programa trouxe resultados significativos para o estado, como a melhora da Paraíba no ranking dos estados mais violentos do país, passando da 3ª posição entre as unidades federativas com altas taxas de homicídios, em 2011, para a 18ª em 2016, tornando-se o segundo estado do Norte e Nordeste com a menor taxa de homicídios. Um dado importante é referente a queda da taxa de homicídios de mulheres no estado, registrando uma queda de 51% no ano de 2017 (PARAÍBA, 2018). Contudo, apesar das consideráveis reduções nos números de homicídios de 2011 para 2016, o estado da Paraíba no período de 2015-2020, apresentou um índice de 50,3% pelo IDS, evidenciando a necessidade de uma maior atenção para redução dos homicídios e violência infantil (PARAÍBA, 2021)

Por último, o ODS 17 Parcerias e Meios de Implementação, o indicador de recursos públicos para fortalecer políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável, de acordo com a Plataforma ODS-PB, o estado obteve um índice de apenas 41,8%. No indicador capacidade de monitoramento dos ODS's, o Governo do Estado da Paraíba cumpriu a meta na formalização da parceira com Universidade Estadual da Paraíba para desenvolver a ferramenta de monitoramento e avaliação das políticas públicas. O trabalho envolve diversas instituições e estão concentradas Centro de Estudos Avançados em Políticas Públicas e Governança (CEAPPG) (PARAÍBA, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise de indicadores dos ODS do estado da Paraíba, os desafios identificados implicam a necessidade de medidas urgentes. Entretanto, é evidente que o estado apresenta uma implementação bem sucedida dos ODS no panorama aqui analisado, 2015-2020, embora a falta de compromisso dos com os ODS em nível nacional.

A pandemia da Covid-19 impactou negativamente a economia mundial, bem como as iniciativas mundiais planejadas anteriores de 2019 a 2022. Isso exige a atualização de parâmetros para projetos futuros devido as condições mundiais atuais. A Agenda 2030 fornece novas metas e objetivos vitais para o futuro. Estes incluem os esforços necessários para mudar a forma como o desenvolvimento é feito.

É imperativo apoiar essas mudanças devido às novas necessidades e capacidades políticas, econômicas, sociais e ambientais que vêm à tona. Também é importante apoiar iniciativas relacionadas ao desenvolvimento sustentável – o que requer contribuições da sociedade civil. O governo, nível nacional e local, devem criar novas estratégias de desenvolvimento para chegar as prioridades que integrem o bem-estar econômico, bem-estar social e proteção ambiental.

As metas delineadas nos ODS 2030 são ambiciosas devido ao seu alcance; no entanto, os dados da Paraíba mostram que as metas podem ser alcançadas. Isso concilia a necessidade de desenvolvimento contínuo com a sustentabilidade, ou seja, o desenvolvimento sustentável.

Os indicadores não detalhados foi devido à falta de informações, necessitam, em um futuro mais próximo, de mais esforços para estender a uma escala maior e superar as limitações de dados. Os apontamentos deste ensaio são relevantes para contextos institucionais para definição de metas de entre atores municipais e Governo. Assim sendo, podem servir como uma ferramenta para identificar prioridades que prevalecem sobre nos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Novos estudos sobre a implementação e monitoramento dos ODS devem ser realizados em escalas municipais, estaduais e regionais, a fim de compreender os avanços e as dificuldades nesse percurso, sobretudo no período pós-pandemia. Sugere-se ainda pesquisas futuras sobre os papéis das governanças no alcançar dos ODS e análises nacionais por metas com aprofundamento de dados nos indicadores.

REFERÊNCIAS

AGENDA 2030. 2016. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acessado em: 30 set. 2022.

ARAÚJO, A. B. A. **A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e o Brasil: uma análise da governança para implementação entre 2015 e 2019**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

ASENJO, C. A. ODM y Organizaciones Multilaterales de Desarrollo. **Economía exterior: estudios de la revista Política Exterior sobre la internacionalización de la economía española**, n. 55, p. 15-26, 2010.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA. Legislação: **Leis Orçamentárias 2016, 2017, 2018 e 2019**. Paraíba, 2022. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/leis-orcamentarias>. Acesso em: 08 abr. 2022.

BATISTA, R. R. L. **A Educação e o Desenvolvimento Sustentável em Políticas Públicas na Paraíba: As Escolas Cidadãs Integrais**. 2019. 151f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional) - Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

BIERMANN, F.; KANIE, N.; KIM, R. E. Global governance by goal-setting: the novel approach of the UN Sustainable Development Goals. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 26, p. 26-31, 2017.

BRASIL. Comissão Nacional para os ODS- Plano de Ação 2017 – 2019. Brasil, 2017. 40p. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/plano-de-acao-da-cnods-2017-2019>. Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. **Departamento de Informática do SUS - DATASUS**. Análise em Saúde e Vigilância das Doenças não transmissíveis: Painel de Monitoramento. 2020. Disponível em:

<http://svs.aids.gov.br/dantps/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/> Acesso em: 27 mar. 2022.

BRASIL. **Departamento de Informática do SUS - DATASUS**. Informações de Saúde: CNES - estabelecimentos por tipo Paraíba. 2020. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?cnes/cnv/estabpb.def>. Acesso em: 28 mar. 2022.

BRASIL. **Informação e Gestão de Atenção Básica: Cobertura da Atenção Básica 2015-2020**. BRASIL, 2022. Disponível em: <https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acesoPublico/relatorios/relHistoricoCoberturaAB.xhtml;jsessionid=WceHsckHIMm7zK0wfnvbMNpN>. Acesso em: 29 out. 2022.

CAMACHO, B. I. J. **Dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio aos Objetivos Desenvolvimento Sustentável- trajetórias, percepções e desafios nas ONGD portuguesas**, 2017. 120f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Desenvolvimento) - Escola de Ciências Sociais e Humanas, Instituto Universitário de Lisboa, 2019.

CAMPELO, D. J. B. **Desarrollo sostenible y las agendas de objetivos ODM y ODS**. 2021. 27 f. Trabajo Fin de Grado (Grado en Economía) – Universidad de Cantabria, 2020.

CINEP. **Grupo Rio Alto implanta na Paraíba o maior parque solar já instalado no Brasil**. Companhia de Desenvolvimento da Paraíba, 2021. Disponível em: <http://www.cinep.pb.gov.br/portal/?p=6308>. Acesso em: 10 out. 2022.

CNA. **Notícia**: Paraíba se destaca na produção nacional de leite de cabra. CNA, 2017. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/noticias/para%C3%ADba-se-destaca-na-produ%C3%A7%C3%A3o-nacional-de-leite-de-cabra>. Acesso em: 18 out. 2022.

COSTA, C. A. de L. **Semiárido Paraibano: Uma Revisão Territorial**. 2021. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal da Paraíba, Areia 2021.

DUARTE JUNIOR, E.A.; MENEZES, R. A. DE.; GONÇALVES, C. S.; ANDRADE, E. R. de.; Políticas públicas do setor energético renovável no Estado da Paraíba (Nordeste do Brasil): limitações legislativas, entraves técnicos e perspectivas regulamentares. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 8, n. 18, p. 107-119, 2021.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE. **BEN - Séries Históricas e Matrizes**. Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/BEN-Series-Historicas-Completas>. Acesso em: 01 abr. 2022.

FAVARETO, A. A dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro recente e os vetores de uma transição ecológica nos marcos da Agenda 2030. **Informe Gepec**, v. 23, p. 172-190, 2019.

FIOCRUZ. **As Políticas do Brasil para Atingir os ODM**. Secretaria Geral da Presidência da República: 2015. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/omsambiental/media/ODMBrasil.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

FRANCISCO, P. R. M.; SANTOS, D. **Climatologia do Estado da Paraíba**. 1a ed., Campina Grande-PB: EDUFPG. 2017. 10 p.

FRANCISCO, P. R. M.; SANTOS, D. **Aptidão Climática do Estado da Paraíba para as Principais Culturas Agrícolas**. 1ª ed., Campina Grande-PB: EPGRAF. 2018. p. 71-94.

FUKUDA-PARR, S.; MUCHHALA, B. The Southern origins of sustainable development goals: Ideas, actors, aspirations. **World Development**, v. 126, p. 104706, 2020.

GARRIDO, Luan Dantas. **Gestão municipal e agenda 2030: análise do cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) no município de Campina Grande, a partir das informações orçamentárias**. 2021. 112 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas. 2008.
GOMES, H. A questão ambiental: Idealismo e realismo. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 7, n. 1, p. 95-115, 1988.

GRESSE, E.; ENGELS, A. ODS e sociedade civil. In: FREY, K.; TORRES, P. H. Campello; JACOBI, P. R.; RAMOS, R. F. R. (org.). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Desafios para o planejamento e a governança ambiental na Macrometrópole Paulista**. Santo André: Editora UFABC, 2020. p. 40-54.

GT AGENDA 2030. **Relatórios Luz: síntese e completo de 2017**. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br>. Acesso em: 28 out. 2022.

IBGE. **Cidades: Paraíba**. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>. Acesso em: 25 out. 2022.

IBGE. **POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Pesquisas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pesquisa/46/48329>. Acesso em: 05 abri. 2022.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais- Estatísticas. **Rendimento, despesas e consumo 2016, 2017, 2018 e 2019**. IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>. Acesso em: 02 abr. 2022.

IDEME. **PLADES notícias: O lugar de um povo**. IDEMA, 2018b. Disponível em: <https://zeoserver.pb.gov.br/portalariaiba/mapadeoportunidades/conheca-a-paraiba/uma-paraiba-vestida-de-sol/o-lugar-de-um-povo>. Acesso em: 18 out. 2022.

IDEME. **PLADES notícias: O Um povo vestido de Sol**. IDEME, 2018a. Disponível em: <https://zeoserver.pb.gov.br/portalariaiba/mapadeoportunidades/conheca-a-paraiba/uma-paraiba-vestida-de-sol/um-povo-vestido-de-sol>. Acesso em: 18 out. 2022.

INPE. **IDBE Resultados e Metas: 2013, 2015, 2017 e 2019**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=903499>. Acesso em 05 abri. 2022.

IPEA. **Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável**. Caderno ODS. IPEA, 2020. 28p.

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9860/1/Cadernos_ODS_17.pdf. Disponível em: Acesso em 9 out. 2022.

KRONEMBERGER, D. M. P. Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 40-45, Jan. 2019.

LEITE, V. D. .; LOPES, W. S. .; SOUSA, J. T. de .; ALBUQUERQUE, M. V. da C.; SILVA, M. C. C. de P. e .; CARTAXO, A. da S. B. .; DANTAS, G. D. . Resíduos sólidos urbanos no Estado da Paraíba e o contexto da sustentabilidade ambiental. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, p. e33110111781-e33110111781, 2021.

LIMA, S. dos S. **Municipalização dos ODS na Paraíba**: o caso do município de Bayeux. 2019. 76f. Monografia (Bacharelado em Economia)- Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MILANI, L. R. N.; BUSATO, I. M. S. Causas e consequências da redução da cobertura vacinal no Brasil. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, v. 4, n. 2, p. 157-171, 18 ago. 2021.

MINAYO, M. C. D. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (\Org.) **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 9-30.

MOMM, S.; ZIONI, S.; TRAVASSOS, L.; MORENO, R. Cidades e comunidades sustentáveis. In: FREY, K.; TORRES, P. H. Campello; JACOBI, P. R.; RAMOS, R. F. R. (org.). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Desafios para o planejamento e a governança ambiental na Macrometrópole Paulista**. Santo André: Editora UFABC, 2020. p. 190-203.

MONTEIRO. **Comunicação**: Academia da Saúde é entregue a população no bairro Alto da Serra em Monteiro. Prefeitura Municipal de Monteiro, 2022. Disponível em: <https://www.monteiro.pb.gov.br/academia-da-saude-e-entregue-a-populacao-no-bairro-alto-da-serra-em-monteiro/>. Acesso em: 02 out. 2022.

NAGY, J. A.; BENEDEK, J.; IVAN, K. Measuring sustainable development goals at a local level: A case of a metropolitan area in Romania. **Sustainability**, v. 10, n. 11, p. 3962, 2018.

NEOENERGIA. **Renováveis eólica**: Neoenergia Santa Luzia. Disponível em: <https://www.neoenergia.com/pt-br/sobre-nos/linhas-de-negocios/renovaveis/renovaveis-eolica/Paginas/complexo-santa-luzia.aspx>. Acesso em: 10 out. 2022.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

ODM. **O Brasil e os ODM**. ODM, 2015. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/o-brasil-e-os-odm>. Acesso em: 22 out. 2022.

ODS. **Objetivo 5- Igualdade de gênero**. Dados: Proporção de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais (b) governos. Brasil, 2018. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo5/indicador551>. Acesso em: 05 abr. 2022.

ODS. **Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura.** Dados: Valor adicionado da indústria em proporção do PIB e per capita. Brasil, 2019. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador921>. Acesso em: 05 abr. 2022.

ODS. **Transformando Nosso Mundo:** A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. MDS: BRASIL, 2016. 55p. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: 25 out. 2022.

OLIVEIRA, T. A. Rede urbana no estado da paraíba: novos arranjos e dinâmicas. **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB**, v. 1, p. 4012-4029, 2019.

PARAÍBA. **Caminhos da Paraíba: O programa.** Paraíba, 2017. Disponível em: <https://caminhosdaparaiba.com.br/o-programa/>. Acesso em: 09 abri. 2020.

PARAÍBA. **Notícias:** Governo da PB terá monitoramento das políticas públicas relacionados aos ODS. Paraíba, 2019. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/horizontes-da-inovacao/noticias/governo-da-paraiba-tera-monitoramento-das-politicas-publicas-relacionados-aos-ods>. Acesso em: 09 abr. 2022.

PARAÍBA. **Notícias:** Governo do Estado investe cerca de R\$ 280 milhões em obras rodoviárias. Paraíba, 2020c. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-do-estado-investe-cerca-de-r-280-milhoes-em-obras-rodoviarias>. Acesso em: 09 abr. 2022.

PARAÍBA. **Paraíba Unida pela Paz:** Anuário de Segurança Pública 2020. Paraíba, 2020. Disponível em: https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-seguranca-e-defesa-social/arquivos/anuario_seguranca_publica_2020_site.pdf Acesso em: 08 abr. 2022.

PARAÍBA. **PB Rural Sustentável.** Início. Paraíba, 2020a. Disponível em: <https://cooperar.pb.gov.br/pb-rural-sustentavel>. Acesso em: 08 abr. 2022.

PARAÍBA. **Plano de Desenvolvimento Territorial Inteligente e Sustentável- PLADES.** Sobre o PLADES. Paraíba, 2017. Disponível em: <http://plades.pb.gov.br/>. Acesso em: 05 abri. 2022.

PARAÍBA. **Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana:** I Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres. Paraíba, 2016. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2016/02/I-PLANO-ESTADUAL-DE-POL%C3%8DTICAS-P%C3%9ABLICAS-PARA-AS-MULHERES-DA-PARA%C3%8DBA.pdf>. Acesso em: 02 abri. 2022.

PARAÍBA. **Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.** Boletim de Indicadores Socioeconômicos do Estado da Paraíba. Paraíba, 2020b. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-planejamento-orcamento-e-gestao/arquivos/cadernos-tematicos/boletim-indicadores-socioeconomicos-do-estado-da-paraiba-1.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2022.

PNAD Contínua. **Síntese de Indicadores Sociais: dados 2016, 2017, 2018, 2019.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados> Acesso em: 01 abr. 2022.

PNAD. **PNAD contínua Anual**. Divulgações estruturais e especiais: SIDRA TABELAS, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>. Acesso em: 10 abr. 2022.

PNUD. **IDH**. PNUD: Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idh>. Acesso em: 16 out. 2022.

PNUD. **Manual de Identidade Visual**. PNUD, 2016. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/manual-de-identidade-visual-ods-pnud.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

PROCASE. **O Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri**. Disponível em: <https://www.procase.pb.gov.br/oprocase>. Acesso em: 06 abri. 2022.

QUEIMADAS. **Notícias**: nos 58 anos de Queimadas, prefeito entrega nova policlínica e anuncia instalação de uma companhia de polícia militar. Prefeitura Municipal de Queimadas, 2019. Disponível em: <https://www.queimadas.pb.gov.br/portal/noticias/geral/nos-58-anos-de-queimadas-prefeito-entrega-nova-policlinica-e-anuncia-instalacao-de-uma-companhia-de-policia-militar>. Acesso em: 17 out. 2022.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. *In*: BEUREM, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**, São Paulo: Atlas, 2003. p. 76-97.

ROMA, J. C. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 33-39, Jan. 2019

SACHS, J. **A era do desenvolvimento sustentável**. New York: Columbia University. 2019.

SILVA, P. M. S.; SANTOS, R. P. B; LIMA, F. V.; SILVA, L. F. Mortalidade infantil na Paraíba: estudo epidemiológico realizado no repositório institucional do estado. **Revista de Saúde Digital e Tecnologias Educacionais**. volume 7, número especial III. Fortaleza, 2022, p.161-174.

TSE. **Eleições**. Estatísticas eleitoras: Paraíba, 2020. Disponível em <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 02 abr. 2022.

UFPB. **Notícias**: UFPB firmará acordo com Complexo Coremas de geração de energia solar. UFPB, 2021. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/ufpb-firmara-acordo-com-complexo-coremas-de-geracao-de-energia-solar>. Acesso em: 5 out. 2022.

VAREJÃO-SILVA M. A.; BRAGA, C. C.; AGUIAR M. J. N.; NIETZCHE M. H.; SILVA, B. B. **Atlas Climatológico do Estado da Paraíba**. UFPB, Campina Grande, 1984.

VEIGA, J. E.; EHLERS, E. Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural. *In*: MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (org.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 289-308.

VEIGA, J. E.; ZATZ, L. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?**. Campinas: Autores Associados, 2008.

VIEIRA. ODS e a importância local. *In*: FREY, K.; TORRES, P. H. Campello; JACOBI, P. R.; RAMOS, R. F. R. (org.). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Desafios para o planejamento e a governança ambiental na Macrometrópole Paulista**. Santo André: Editora UFABC, 2020. p. 32-39.